

O suicídio e a psicopatologia: Uma revisão histórica de um problema histórico

Rita de Cássia Pereira

Resumo

O termo suicídio é bastante recorrente entre as descrições de diversos quadros clínicos. O objetivo desta busca foi encontrar qual a base histórica na qual sustentasse uma saída tão drástica para os sofrimentos humanos. Desde os períodos remotos da história humana o suicídio tem gerado debates acalorados, tendo como ponto chave a publicação do artigo que consolida o “efeito Werther”, provocando mudanças na forma como o suicídio passa a ser trabalhado na esfera pública. Entretanto, apesar da defesa por uma forma de vivenciar o suicídio como algo privado, é na sociedade onde podemos encontrar, enquanto seres relacionais, as condições histórico-culturais que levam tantos sujeitos a uma busca pela morte voluntária.

Palavras chaves

Suicídio, psicopatologia, psicologia, filosofia, história.

Introdução

São 227 ocorrências da palavra “suicídio” no DSM-V. Ao longo do manual, o suicídio está associado tanto a critérios diagnósticos quanto a características associadas que apoiem o diagnóstico. Também apresenta-se enquanto seção específica referente ao risco de suicídio em uma série de transtornos.

Apesar de não constituir um quadro patológico em si, mas sim um sintoma comum a diversas psicopatologias, o suicídio é tema importante aos estudos em psicopatologia. Entretanto, a busca pela saída definitiva não pode ser entendida como algo de cunho biofisiológico, instintual ou meramente estatístico, sendo necessário alcançar uma compreensão histórica sobre o suicídio enquanto possibilidade culturalmente construída.

Desenvolvimento

A história do suicídio data desde períodos remotos da humanidade, presente e embuído de diversas narrativas por todo o globo.

Entre os povos da Antiguidade Clássica, o suicídio teve um desenvolvimento filosófico bastante ambíguo. Segundo Silva (2009), na Grécia antiga, o suicídio era um tema controverso. Em algumas correntes filosóficas, como cirenaicos, cínicos, epicuristas e estóicos, a conservação da vida estava intimamente ligada a uma vida que fosse considerada como um bem, que proporcionasse mais satisfação que frustração, que estivesse de acordo com a razão e dignidade humana. Havia também os pitagóricos, contrários ao suicídio por compreenderem que o ato interferia na harmonia da ordem natural, e Aristóteles, que condenava o suicídio por ser uma covardia contra os deveres para com a cidade.

Platão abordara também a temática, desta vez por uma ótica mais ambígua. Concordava com a ideia de que o homem, enquanto ser social, deveria agir em

consonância com os deveres sociais. Todavia, ao escrever sobre o suicídio, Platão abre brechas para uma morte voluntária que não seria indigna, quando ela acontece por determinações da cidade ou por sofrimentos agudos que não encontram outra saída além de entregar-se à morte. A ambiguidade de Platão espelha-se na de seu mestre, Sócrates. Em seu discurso antes de beber a cicuta que lhe fora ordenada, Sócrates buscou mostrar a seus alunos que “o suicídio não pode ser desejável, mas que a morte é inteiramente desejável se tal for a vontade do filósofo” (Silva, 2009, pp. 13-14).

Ainda de acordo com Silva (2009), é com os romanos que as questões de classe surgem com mais vigor acerca do tema, mesmo que a filosofia grega não possa ser retirada de seu contexto político (Aristóteles era bastante claro, inclusive). Para os romanos, haviam classes proibidas de cometerem o suicídio — os escravos e os soldados, enquanto para as demais, tema transcorria com pouca polêmica. Pensadores romanos, como Cícero e Virgílio, vão desatrelar do ato em si qualquer valor moral, preocupando-se muito mais com os motivos que levam os sujeitos ao suicídio. Para Virgílio, um suicídio honroso seria aquele motivado por patriotismo ou por afirmação de sua própria liberdade; enquanto aqueles realizados por desgosto à vida destinariam o sujeito ao inferno.¹

Contudo, com o avanço dos conflitos em Roma, o suicídio passa a ter tratamento mais severo em relação às leis, além de passar por maior controle (Silva, 2009). É bastante evidente, portanto, que a aparente preocupação com o suicídio expressa nas leis — e conseqüentemente nas produções filosóficas que dão base objetiva (de conteúdo) e subjetiva (de aceitação social) a elas — não trata-se de uma preocupação honesta com a vida dos sujeitos em si, mas sim de garantia de poder. Deixam de existir, portanto, reflexões filosóficas sobre a produção de uma vida que valha a pena ser vivida para a moralização dos atos de suicídio que expressem a falha social.

O cristianismo exemplifica muito bem o papel de controle e poder sobre a vida. Nos primórdios da doutrina, a crucificação de Cristo fora tratada como um martírio ao qual todos os seus discípulos deveriam espelhar-se. Dentre as grandes influências do cristianismo, entendia-se que a vida não possui sentido e que seria mais digno aquele que se sacrifica pelo outro do que aquele que se apega a vida terrena — portanto, impura (Silva, 2009).

É com São Agostinho, em suas interpretações bíblicas e leituras de Platão, que o mandamento “não matarás” toma a dimensão da própria vida. O suicídio passa a ser o maior pecado, pois é tido como forma de fugir da penitência exigida para que pague-se pelos pecados cometidos, além de ser considerado atentado contra o dom divino concedido aos homens. Com o advento do catolicismo como doutrina

¹ Infelizmente, a forma como o conhecimento histórico se apresenta, de maneira eurocêntrica, dificulta àqueles que não são historiadores de situar demais povos e suas culturas no percurso histórico — principalmente entre aquelas que acontecem concomitantemente à Era Clássica e Idade Média. Cabe, portanto, nesta nota, ressaltar que no continente asiático, o suicídio também continha — e, em alguns casos, ainda contém — seus próprios rituais e narrativas. No Japão feudal, os samurais cometiam suicídio por meio de um ritual chamado *seppuku* ou *haraquiri*, imposto mediante a desonra que o guerreiro produziu ao seu senhor. Na Índia, outro forte exemplo é o *sati*, em que mulheres recém-viúvas atiram-se na pira funerária na qual seus maridos estão sendo cremados. Atualmente, o *sati* é proibido por lei.

hegemônica, especialmente na Idade Média, o suicídio passa a ser reconhecido também como um sinal de loucura, sendo que neste caso a Igreja absolvía os suicidas, entendendo que não eram responsáveis por seus atos (Silva, 2009).

A decadência da Idade Média reacende os debates sobre a liberdade de escolha de cada um, com o individualismo proposto pelo Iluminismo (Silva, 2009), que busca a fuga dos dogmas religiosos em prol da racionalidade. Com o desenvolver da história, observamos que esse embate não foi superado — Durkheim, já no final do século XVIII, tratará em sua obra *O suicídio* diferentes motivos que levariam alguém ao ato, sendo uma delas o suicídio por anomia, causado pela “influência da desorganização, como uma crise econômica, onde o indivíduo não tem consciência dos seus limites e do que necessita, precisando de um parâmetro social” (Santos, 2011, p. 35).

A posição de Durkheim retoma com novos ares as questões filosóficas do início da Idade Média. Pensando o suicídio sem uma carga moral intrínseca, Durkheim usará do suicídio por anomia para defender suas teses conservadoras em relação a estrutura social, argumentando que mudanças sociais, como o rompimento com ordens patriarcais, seriam o cerne do sofrimento da época — sem uma visão crítica sobre as próprias mudanças sociais.²

Nas artes, o tema é discutido pelo viés filosófico mais uma vez, com o exemplo da célebre passagem de Hamlet:

Ser ou não ser... Eis a questão. Que é mais nobre para a alma: suportar os dardos e arremessos do fado sempre adverso, ou armar-se contra um mar de desventuras e dar-lhes fim tentando resistir-lhes? Morrer... dormir... mais nada... (Shakespeare, 2017).

A obra de Shakespeare, escrita na virada do século XVI para o XVII, foi acusada na época de incitar jovens ao suicídio. Tal acusação é muito conhecida na modernidade. Em 1974, o sociólogo David Phillips publicou o artigo *The influence of suggestion on suicide: Substantive and theoretical implications of the Werther effect*³. Neste artigo, Phillips apresenta sua tese do suicídio como algo “contagioso”, que poderia ser causado pela identificação entre suicidas, cunhando a sua teoria o nome do protagonista do livro *Os sofrimentos do jovem Werther*, escrito por Johann Wolfgang Goethe, em 1774. De acordo com Phillips (1974, p. 340) “*Widespread imitation of Werther's suicide was never conclusively demonstrated, but authorities wer*

² Mais uma vez, cabe destacar que o suicídio toma outras proporções em diferentes culturas. Entre as pessoas negras escravizadas no Brasil, por exemplo, o suicídio era a forma encontrada para fugir dos males da escravidão e retornar, em espírito, a terra da qual fora roubado. Dentre as práticas suicidas dessa população havia o suicídio ativo, provocado por alguma ação (como enforcamento, evenenamento, etc) e o *banzo*, descrito como um sentimento de melancolia ligado a saudade de suas origens, das pessoas que deixara ao ser roubado de sua terra, da perda da liberdade, sendo comumente atribuído a ele as causas do suicídio (Oda, 2007).

³ “A influência da sugestão no suicídio: Implicações substantivas e teóricas do efeito Werther”, em tradução livre.

*sufficiently apprehensive to ban the book in several areas, including Italy (Gray, 1967), Leipzig, and Copenhagen (Rose, 1929)*⁴.

O termo cunhado por Phillips causou uma profunda confusão que colocou, inclusive, boatos de que após a publicação do livro uma onda de suicídios teria varrido a Europa, com alegações de que haviam claros indícios de identificação entre os suicidas com a obra. Tal boato, no trabalho de Shecaira (2019), mostrou não ter embasamento.

Mais recentemente, o termo cunhado em 1974 tomou as redes sociais com a serialização da obra *Os 13 porquês*, que retrata o suicídio de uma adolescente após uma série de violências que sofreu. No Brasil, ainda mais recentemente, a carta de despedida deixada pelo ator Flávio Migliaccio, que se matou no dia 4 de maio de 2020, também gerou controvérsias.

Me desculpem, mas não deu mais. A velhice neste país é o caos como tudo aqui. A humanidade não deu certo. Eu tive a impressão que foram 85 anos jogados fora num país como este. E com este tipo de gente que acabei encontrando. Cuidem das crianças de hoje! (Menezes, 2020).

Na atualidade, os debates filosóficos sobre a vida e o suicídio perderam espaço para orientações de organizações mundiais baseadas nas estatísticas e correlações de Phillips. Em 2000, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um guia com algumas orientações para o tratamento midiático de notícias sobre suicídio, de forma a evitar o aumento dos casos. Dentre as recomendações, encontram-se desde que não se divulgue os modos e os locais, bem como “abandonar teses que explicam o comportamento suicida como uma resposta às mudanças culturais ou à degradação da sociedade” (OMS, 2000, p. 7).

Este é um ponto que chama bastante atenção nas recomendações. A hipótese de que um suicídio pode desencadear outros sob efeito de identificação — o cerne do efeito Werther — produz um tratamento individualista de suas causas. Foi sobre tais causas que, em 1846, Karl Marx debruça-se sobre os escritos de Jacques Peuchet — um ex-arquivista policial — e redige *Sobre o suicídio*, texto em que quatro casos de suicídio são analisados sob o olhar de Marx, que é categórico em sua tese: “o *suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral* [grifo do autor]” (Marx, 2006, p. 29).

Entre os casos analisados por Marx encontra-se uma jovem que atira-se no Sena após ser humilhada por sua família por ter dormido com seu noivo antes do casamento; uma senhora que recorre à própria morte após ser isolada do convívio social por seu marido — um homem muito ciumento; uma outra jovem que comete suicídio por não ter acesso ao aborto — grávida de seu tio-tutor; e, por fim, um senhor, que servira a vida toda como guarda real, é exonerado já na velhice, não conseguindo arrumar outro emprego, o homem também se mata.

Os casos em que Marx discorre, ainda no século XIX, são especialmente atuais. Temas como as relações de opressão intrafamiliar, o direito ao aborto, a exploração

⁴ “A imitação generalizada do suicídio de Werther nunca foi conclusivamente demonstrada, mas autoridades eram suficientemente apreensivas para banir o livro em diversas áreas, incluindo Itália (Gray, 1967), Leipzig, and Copenhagen (Rose, 1929)”, em tradução livre.

do trabalho, desemprego e miséria são temas amplamente debatidos na atualidade, sem perspectiva de resolução. Já na época, Marx apresenta a questão central acerca do combate ao suicídio — quase uma resposta às recomendações da OMS, ao artigo publicado por Phillips:

O suicídio elimina a pior parte da dificuldade, o cadafalso ocupa-se com o resto. Somente com uma reforma de nosso sistema geral de agricultura e indústria pode-se esperar por fontes de recursos e por uma verdadeira riqueza [grifo do autor](Marx, 2006, p. 50).

O que Marx apresenta é fundamental para que se busque compreender, de maneira crítica, os caminhos que levam ao suicídio. A tomar de exemplo o caso da obra de Goethe, podemos observar que o índice de suicídios aumenta durante os séculos XVIII e XIX (Shecaira, 2019) — apenas 15 anos após a publicação da obra *Werther* a França inicia seu processo de revolução, uma revolução que marcou de maneira inédita o mundo, instaurando um novo sistema com novas formas de vida e novas formas de sofrer.

Considerações finais

Considerando o tema latente para o estudo de psicopatologia, especialmente devido a sua alta ocorrência dentre as descrições dos quadros clínicos, cabe à psicologia o estudo aprofundado do tema, buscando compreender de que maneira o suicídio surge como um comportamento possível dentro da história de vida dos sujeitos.

O suicídio não é algo próprio de um ou outro quadro psicopatológico, sendo um tema referente à filosofia, no que concerne o sentido da vida e a liberdade. Diferentes sociedades atribuem diferentes sentidos sobre o suicídio, variando entre a moralização e a romantização do ato.

Há um ponto de virada na história do suicídio com a publicação do artigo de Phillips (1974) que correlaciona a publicização dos casos com o aumento das taxas dos óbitos. Este artigo, que cunhou à correlação o termo “efeito Werther” em homenagem a comoção gerada pela publicação da célebre obra de Goethe, muda o tratamento do suicídio de discussões filosóficas para as determinações de cunho científico.

Com a determinação da OMS nos anos 2000, o suicídio cria corpo de um tabu até então não visto, passando a ser experienciado como uma questão individual. Todavia, apesar dos esforços de não compartilhamento dessa experiência para que ela não “contamine” os demais, as causas sociais que implicam no suicídio como um (ou único) caminho possível está marcada na história e na cultura, não podendo ser simplesmente ignorada.

A que concerne, portanto, a psicologia, no que tange um tema tão sensível? Em primeiro ponto, é preciso não retrair aos moralismos do passado ao reivindicarmos contra a “romantização” do suicídio, mas sim compreendê-lo historicamente. Quais os caminhos levaram os sujeitos a tal saída, e por que não há outra forma de cessar o sofrimento? Aliás, é possível cessar o sofrimento? Talvez seja possível entendê-lo melhor e, se for o caso, seguir o conselho de Marx: rompamos com aquilo que nos

oprime com todas as forças que poderia levar-nos ao nosso ato final — que seja feito, então, o ato final de um sistema que nos priva até mesmo de nossa própria vida.

Referências

Marx, K. (2006). *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo.

Menezes, C. (2020, maio 5). A carta-manifesto de Flávio Migliaccio é um alerta sobre o mundo em que vivemos. *Socialista morena*. Recuperado de <https://www.socialistamorena.com.br/a-carta-manifesto-de-flavio-migliaccio-e-um-alerta-sobre-o-mundo-em-que-vivemos/>

Oda, A. M. G. R. (2007, junho). O banzo e outros males: O páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, X(2), 346-361. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v10n2/1415-4714-rlpf-10-2-0346.pdf>

Organização Mundial da Saúde. (2000). *Prevenção do suicídio: Um manual para profissionais da mídia*. Genebra: Autor. Recuperado de https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf

Phillips, D. P. (1974, junho). The influence of suggestion on suicide: Substantive and theoretical implications of the Werther effect. *American Sociological Review*, 39(3), 340-354. Recuperado de https://culturecog.blog/wp-content/uploads/2018/08/Phillips_1974_The-Influence-of-Suggestion-on-Suicide.pdf

Santos, R. R. dos. (2011). *A influência no outro: Das escritas do eu ao suicídio de Werther (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9854/SANTOS%2C%20ROBERSON%20ROSA%20DOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Shakespeare, W. (2017). *Hamlet* (1a ed., C. A. Nunes, Trad.). São Paulo: Iba Mendes. Recuperado de <http://ibamendes.org/Hamlet%20-%20William%20Shakespeare%20-%20Traducao%20Carlos%20Alberto%20Nunes%20-%20IBA%20MENDES.pdf>

Shecaira, .F. P. (2019, julho-dezembro). Werther e o (suposto) poder da literatura. *Revista internacional de direito e literatura*, 5(2), 375-393. DOI: <http://dx.doi.org/10.21119/anamps.52.375-393>

Silva, M. do C. M. (2009). *Renúncia à vida pela morte voluntária: Suicídio aos olhos da imprensa no Recife dos anos 1950 (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PB, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7124/1/arquivo3283_1.pdf